

Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 1º semestre de 2015

Aracaju, 14 de agosto de 2015 - A Administração da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Sergipe" ou "Companhia") apresenta os resultados do segundo trimestre (2T15) e dos primeiros seis meses de 2015 (6M15).

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Energisa Sergipe é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 721 mil clientes e uma população de 1,8 milhão de habitantes em 63 municípios do Estado de Sergipe, em uma área de 17.465 Km².

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no primeiro semestre de 2015 e 2014:

| Descrição | 6M15 | 6M14 | Variação % |
|--|------------|------------|------------|
| Resultados - R\$ milhões | | | |
| Receita Operacional Bruta | 710,7 | 551,9 | + 28,8 |
| Receita Operacional Bruta, sem receita de construção | 676,6 | 510,0 | + 32,7 |
| Receita Operacional Líquida | 423,7 | 397,7 | + 6,5 |
| Receita Operacional Líquida, sem receita de construção | 389,6 | 355,8 | + 9,5 |
| Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT) | 55,5 | 38,6 | + 43,8 |
| EBITDA | 80,4 | 62,4 | + 28,8 |
| EBITDA Ajustado | 87,3 | 67,9 | + 28,6 |
| Resultado financeiro | (74,8) | 5,0 | - |
| Lucro Líquido | 1,5 | 37,5 | - 96,0 |
| Indicador Relativo | | | |
| EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%) | 20,6 | 17,1 | + 3,5 p.p. |
| Indicadores Operacionais | | | |
| Número de Consumidores Cativos (mil) | 721,8 | 695,5 | + 3,8 |
| Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) | 1.274,4 | 1.248,4 | + 2,1 |
| Energia Elétrica Total Distribuída (GWh) | 1.843,8 | 1.741,6 | + 5,9 |
| Perdas de Energia (% últimos 12 meses) | 8,98 | 8,98 | - |
| Descrição | 30/06/2015 | 31/12/2014 | Variação % |
| Indicadores Financeiros - R\$ milhões | | | |
| Ativo Total | 1.511,4 | 1.381,3 | + 9,4 |
| Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras | 133,2 | 56,1 | + 137,4 |
| Patrimônio Líquido | 347,6 | 385,9 | - 9,9 |
| Endividamento Líquido | 734,4 | 678,1 | + 8,3 |

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

2 Desempenho financeiro

2.1 Receita operacional bruta e líquida

Em 6M15, a Energisa Sergipe apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 676,6 milhões, ante R\$ 510,0 milhões registrados em 6M14, aumento de 32,7% (R\$ 166,6 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 9,5% (R\$ 33,8 milhões) no período, para R\$ 389,6 milhões. A composição da receita líquida é a seguinte:

| Receita por Classe de Consumo (R\$ milhões) | Trimestre | | | Semestre | | |
|--|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|---------------|
| | 2T15 | 2T14 | Var. % | 6M15 | 6M14 | Var. % |
| (+) Receita de energia elétrica (mercado cativo) | 358,6 | 235,3 | + 52,4 | 646,2 | 470,8 | + 37,3 |
| ✓ Residencial | 167,0 | 112,1 | + 49,0 | 305,9 | 224,1 | + 36,5 |
| ✓ Industrial | 35,1 | 24,5 | + 43,3 | 64,6 | 47,9 | + 34,9 |
| ✓ Comercial | 93,7 | 60,7 | + 54,4 | 166,2 | 121,1 | + 37,2 |
| ✓ Rural | 13,7 | 7,2 | + 90,3 | 23,0 | 16,4 | + 40,2 |
| ✓ Outras classes | 49,1 | 30,8 | + 59,4 | 86,5 | 61,3 | + 41,1 |
| (+) Suprimento de energia elétrica | 17,0 | 10,9 | + 56,0 | 33,8 | 18,4 | + 83,7 |
| (+) Fornecimento não faturado líquido | (0,7) | 0,2 | - 450,0 | (1,4) | (7,6) | - 81,6 |
| (+) Disponibilidade do sistema elétrico | 12,5 | 9,0 | + 38,9 | 22,8 | 18,3 | + 24,6 |
| (+) Receitas de construção | 19,6 | 25,4 | - 22,8 | 34,1 | 41,9 | - 18,6 |
| (+) Outras receitas | (19,1) | 5,7 | - 435,1 | (24,8) | 10,1 | - 345,5 |
| (=) Subtotal 1 - Receita bruta | 387,9 | 286,5 | + 35,4 | 710,7 | 551,9 | + 28,8 |
| (-) Impostos sobre vendas | 103,7 | 73,8 | + 40,5 | 195,3 | 146,5 | + 33,3 |
| (-) Encargos setoriais | 63,6 | 4,0 | + 1.490,0 | 91,7 | 7,7 | + 1.090,9 |
| (=) Subtotal 2 - Receita líquida | 220,6 | 208,7 | + 5,7 | 423,7 | 397,7 | + 6,5 |
| (-) Receitas de construção | 19,6 | 25,4 | - 22,8 | 34,1 | 41,9 | - 18,6 |
| (=) Total - Receita líquida, sem receitas de construção | 201,0 | 183,3 | + 9,7 | 389,6 | 355,8 | + 9,5 |

2.2 Ambiente regulatório - revisão tarifária

2.2.1 Bandeiras tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o “Sistema de Bandeiras Tarifárias” nas contas de energia elétrica a partir de janeiro de 2015. O acionamento da bandeira é sinalizado mensalmente pela Aneel, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na capacidade de geração de energia elétrica no país. A aplicação da bandeira é o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação. As bandeiras são verde, amarela e vermelha e indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica do país e do acionamento das usinas térmicas. O sistema tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo, conforme descrição seguinte:

Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa de energia elétrica não sofre nenhum acréscimo; Bandeira Amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora consumido; e Bandeira Vermelha: condições mais onerosas de geração de energia. A tarifa sobre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora consumido.

2.2.2 Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder revisão tarifária extraordinária (RTE) para a Energisa Sergipe, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 8,0% a partir de 02/03/2015. Adicionalmente, em 22 de abril de 2015, foi concedido à Energisa Sergipe reajuste nas suas tarifas de energia elétrica, com efeito médio de 13,26% percebido pelos consumidores.

A Energisa Sergipe recebeu o montante de R\$ 26,0 milhões provenientes dos recursos da conta ACR (Conta no Ambiente de Contratação Regulada) repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cobertura da exposição involuntária no Mercado de Curto Prazo - MCP e despacho termoelétrico vinculado aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D relativo aos meses de novembro e dezembro de 2014. Os valores foram registrados como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviço do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados a Energisa Sergipe pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 18,6 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

2.3 Despesas operacionais

Em 6M15, as despesas operacionais totalizaram R\$ 368,2 milhões, aumento de 2,5% (R\$ 9,1 milhões) em relação aos 6M14. Desse total, o crescimento das despesas controláveis foi R\$ 2,9 milhões. Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram evolução de R\$ 9,0 milhões no semestre, um incremento de 4,0%. A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

| Composição das despesas operacionais (R\$ milhões) | Trimestre | | | Semestre | | |
|--|--------------|--------------|-------------------------|--------------|--------------|-------------------------|
| | 2T15 | 2T14 | Variação R\$ milhões | 6M15 | 6M14 | Variação R\$ milhões |
| 1 Despesas controláveis | 35,0 | 34,3 | + 0,7 | 67,8 | 64,9 | + 2,9 |
| 1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão) | 21,8 | 19,4 | + 2,4 | 41,0 | 37,0 | + 4,0 |
| 1.2 Material | 2,1 | 2,5 | - 0,4 | 4,1 | 4,2 | - 0,1 |
| 1.3 Serviços de terceiros | 11,1 | 12,4 | - 1,3 | 22,7 | 23,7 | - 1,0 |
| 2 Despesas não controláveis (compra de energia e transporte) | 129,9 | 116,1 | + 13,8 | 232,5 | 223,5 | + 9,0 |
| 3 Depreciação e amortização | 12,5 | 12,1 | + 0,4 | 24,9 | 23,9 | + 1,0 |
| 4 Provisões contingências e devedores duvidosos | 0,6 | - | + 0,6 | 1,6 | (0,8) | + 2,4 |
| 5 Outras despesas/receitas | 3,3 | 2,8 | + 0,5 | 7,3 | 5,7 | + 1,6 |
| Subtotal | 181,3 | 165,3 | + 16,0 | 334,1 | 317,2 | + 16,9 |
| 6 Custo de construção (*) | 19,6 | 25,4 | - 5,8 | 34,1 | 41,9 | - 7,8 |
| Total | 200,9 | 190,7 | + 10,2 | 368,2 | 359,1 | + 9,1 |

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

2.4 Lucro líquido e geração de caixa

No primeiro semestre de 2015, a Energisa Sergipe registrou lucro líquido de R\$ 1,5 milhão, ante os R\$ 37,5 milhões registrados em igual período do ano passado. A redução do lucro decorre fundamentalmente das despesas financeiras líquidas, afetadas pela marcação a mercado dos derivativos de proteção cambial.

Já a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 87,3 milhões em 6M15, contra os R\$ 67,9 milhões apurados em 6M14, um aumento de 28,6%. A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

| Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões | Trimestre | | | Semestre | | |
|--|-------------|-------------|---------------|-------------|-------------|---------------|
| | 2T15 | 2T14 | Var. % | 6M15 | 6M14 | Var. % |
| (=) Lucro Líquido | 5,5 | 18,0 | - 69,4 | 1,5 | 37,5 | - 96,0 |
| (-) Contribuição social e imposto de renda | (2,4) | (0,6) | + 300,0 | 20,8 | (6,0) | - |
| (-) Resultado financeiro | (11,8) | (0,7) | + 1.585,7 | (74,8) | 5,0 | - |
| (-) Depreciação e amortização | (12,5) | (12,0) | + 4,2 | (24,9) | (23,9) | + 4,2 |
| (=) Geração de caixa (EBITDA) | 32,2 | 31,3 | + 2,9 | 80,4 | 62,4 | + 28,8 |
| (+) Receita de acréscimos moratórios | 3,8 | 2,9 | + 31,0 | 6,9 | 5,5 | + 25,5 |
| (-) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado) | 36,0 | 34,2 | + 5,3 | 87,3 | 67,9 | + 28,6 |
| Margem do EBITDA Ajustado (%) | 18,5 | 16,4 | + 2,1 p.p | 20,6 | 17,1 | + 3,5 p.p |

2.5 Disponibilidades financeiras e endividamento

Em 30 de junho de 2015, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Energisa Sergipe apresentou aumento de R\$ 77,1 milhões em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2014, totalizando R\$ 133,2 milhões.

Por sua vez, a dívida líquida da Energisa Sergipe, que incluem empréstimos, financiamentos, arrendamentos, debêntures, encargos financeiros, parcelamento de impostos e fundo de pensão, passou de R\$ 678,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 734,4 milhões em 30 de junho de 2015.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo, vis-à-vis as disponibilidades financeiras da Energisa Sergipe em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

| Descrição Valores em R\$ milhões | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|---|--------------|--------------|
| Curto Prazo | 245,2 | 209,8 |
| Empréstimos e financiamentos | 193,9 | 180,1 |
| Debêntures | 25,5 | 8,7 |
| Encargos de dívidas | 10,1 | 5,4 |
| Parcelamento de impostos e déficit atuarial | 15,7 | 15,6 |
| Longo Prazo | 622,4 | 524,4 |
| Empréstimos e financiamentos | 466,7 | 361,2 |
| Debêntures | 48,0 | 60,0 |
| Parcelamento de impostos e déficit atuarial | 107,7 | 103,2 |
| Total das dívidas | 867,6 | 734,2 |
| (-) Disponibilidades financeiras | 133,2 | 56,1 |
| Total das dívidas líquidas | 734,4 | 678,1 |

3 Mercado de energia

No primeiro semestre de 2015 (6M15), as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Sergipe, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.658,8 GWh (804,6 GWh no 2T15), incremento de 0,2% (aumento de 0,4% no 2T15) em relação a igual período do ano anterior. O consumo foi impulsionado pelas classes residencial e comercial, que cresceram 4,0% e 3,1%, respectivamente no semestre.

A energia total distribuída em 6M15 foi de 1.843,8 GWh, ante os 1.741,6 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

| Descrição | Trimestre | | | Semestre | | |
|---|--------------|--------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2T15 | 2T14 | Var. % | 6M15 | 6M14 | Var. % |
| 1 Vendas de energia no mercado cativo | 614,9 | 601,6 | + 2,2 | 1.274,4 | 1.248,4 | + 2,1 |
| ✓ Residencial | 257,9 | 247,5 | + 4,2 | 526,5 | 506,1 | + 4,0 |
| ✓ Industrial | 71,2 | 75,0 | - 5,1 | 148,2 | 151,2 | - 2,0 |
| ✓ Comercial | 134,8 | 131,5 | + 2,5 | 279,7 | 271,3 | + 3,1 |
| ✓ Rural | 24,8 | 20,7 | + 19,8 | 60,6 | 58,6 | + 3,4 |
| ✓ Outras Classes | 126,2 | 126,8 | - 0,5 | 259,4 | 261,2 | - 0,7 |
| 2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD) | 189,7 | 199,9 | - 5,1 | 384,4 | 407,5 | - 5,7 |
| 3 Mercado cativo + TUSD (1+2) | 804,6 | 801,4 | + 0,4 | 1.658,8 | 1.655,9 | + 0,2 |
| 4 Suprimento de energia e não faturado | 99,0 | 62,2 | + 59,2 | 185,0 | 85,7 | + 115,9 |
| 5 Energia Total Distribuída (3+4) | 903,6 | 863,6 | + 4,6 | 1.843,8 | 1.741,6 | + 5,9 |

Número de consumidores: a Energisa Sergipe encerrou o primeiro semestre de 2015 com 721.813 unidades consumidoras cativas, quantidade 3,8% superior à registrada no fim de junho de 2014. Já o número de consumidores livres 17 no fim de junho de 2015.

Perdas de energia: em junho de 2015, as perdas de energia da Energisa Sergipe se situaram no mesmo patamar no ano anterior, mantendo-se com 8,98%.

4 Investimentos

No primeiro semestre de 2015, os investimentos da Energisa Sergipe totalizaram R\$ 34,0 milhões, ante os R\$ 44,0 milhões investidos no 6M14.

5 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Sergipe no primeiro semestre de 2015 foi de R\$ 173 mil, dos quais R\$ 153 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

| | 30/6/2015 | 31/12/2014 |
|--|------------------|------------------|
| Ativo | | |
| Circulante | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 63.510 | 45.254 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 61.238 | 2.908 |
| Consumidores e concessionárias | 154.354 | 108.876 |
| Títulos de créditos a receber | 9.509 | 8.827 |
| Estoques | 1.356 | 1.472 |
| Impostos a recuperar | 36.193 | 35.649 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 32.756 | 17.075 |
| Ativos regulatórios | 91.948 | 121.325 |
| Despesas pagas antecipadamente | - | 2.867 |
| Outros créditos | 69.573 | 42.721 |
| Total do circulante | 520.437 | 386.974 |
| Não circulante | | |
| Realizável a longo prazo | | |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 8.448 | 7.973 |
| Consumidores e concessionárias | 7.659 | 7.659 |
| Títulos de créditos a receber | 1.625 | 2.954 |
| Impostos a recuperar | 13.882 | 16.524 |
| Créditos tributários | 104.417 | 70.723 |
| Depósitos e cauções vinculados | 34.895 | 34.035 |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 36.612 |
| Ativos regulatórios | 30.172 | 39.311 |
| Contas a receber da concessão | 244.167 | 228.574 |
| Outros créditos | 713 | 713 |
| | 445.978 | 445.078 |
| Investimento | | |
| Intangível | 366 | 366 |
| Imobilizado | 538.509 | 542.566 |
| | 6.149 | 6.295 |
| Total do não circulante | 991.002 | 994.305 |
| Total do ativo | 1.511.439 | 1.381.279 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

| | 30/6/2015 | 31/12/2014 |
|--|------------------|------------------|
| Passivo | | |
| Circulante | | |
| Fornecedores | 92.530 | 78.244 |
| Encargos de dívidas | 10.149 | 5.407 |
| Empréstimos e financiamentos | 193.878 | 180.078 |
| Debêntures | 25.463 | 8.746 |
| Tributos e contribuições sociais | 41.457 | 40.650 |
| Parcelamento de impostos | 2.092 | 2.014 |
| Passivos regulatórios | 59.551 | 50.536 |
| Obrigações estimadas | 7.946 | 4.917 |
| Encargos do consumidor a recolher | 9.175 | 136 |
| Obrigações intrassetoriais | 13.921 | 11.390 |
| Benefícios a empregados | 13.616 | 13.616 |
| Outras contas a pagar | 5.346 | 12.255 |
| Total do circulante | 475.124 | 407.989 |
| Não circulante | | |
| Fornecedores | 2.377 | 2.377 |
| Empréstimos e financiamentos | 466.708 | 361.247 |
| Debêntures | 48.000 | 60.000 |
| Tributos e contribuições sociais | 18.712 | 15.863 |
| Parcelamento de impostos | 1.569 | 2.518 |
| Passivos regulatórios | 10.812 | 17.173 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 5.509 | - |
| Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais | 22.074 | 21.462 |
| Benefícios a empregados | 106.105 | 100.641 |
| Outros | 6.897 | 6.136 |
| Total do não circulante | 688.763 | 587.417 |
| Patrimônio líquido | | |
| Capital social | 382.899 | 357.135 |
| Reservas de capital | 3.330 | 3.330 |
| Reservas de lucros | 20.954 | 46.717 |
| Dividendos adicionais propostos | - | 39.801 |
| Outros resultados abrangentes | (61.110) | (61.110) |
| Lucros acumulados | 1.479 | - |
| Total do patrimônio líquido | 347.552 | 385.873 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 1.511.439 | 1.381.279 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
 (Em milhares de reais)

| | 6M15 | 6M14 |
|---|-----------------|----------------|
| Receita operacional bruta | | |
| Fornecimento de energia elétrica | 644.792 | 463.212 |
| Suprimento de energia elétrica | 33.814 | 18.360 |
| Disponibilidade do sistema elétrico | 22.830 | 18.298 |
| Receita de construção | 34.115 | 41.898 |
| Outras receitas | (24.816) | 10.130 |
| | 710.735 | 551.898 |
| Deduções à receita operacional | | |
| ICMS faturado | 137.383 | 98.968 |
| PIS, Cofins e ISS | 57.937 | 47.570 |
| Quotas para a reserva global de reversão | - | - |
| Outras (PEE, CDE, CCC e P&D) | 91.691 | 7.663 |
| | 287.011 | 154.201 |
| Receita operacional líquida | 423.724 | 397.697 |
| Despesas (receitas) operacionais | | |
| Pessoal (inclui fundo de pensão) | 41.022 | 36.987 |
| Material | 4.104 | 3.059 |
| Serviços de terceiros | 22.739 | 24.863 |
| Energia elétrica comprada para revenda | 206.457 | 213.011 |
| Transporte de potência elétrica | 26.013 | 10.469 |
| Depreciação e amortização (inclui ágio) | 24.905 | 23.935 |
| Provisão (reversão) para contingências /devedores duvidosos | 1.550 | (779) |
| Custo de construção | 34.115 | 41.898 |
| Outras despesas/receitas | 7.345 | 5.629 |
| | 368.250 | 359.072 |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras | 55.474 | 38.625 |
| Receita (Despesa) financeira | | |
| Receitas de aplicações financeiras | 2.795 | 3.069 |
| Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida | 6.925 | 5.530 |
| Atualização contas a receber da concessão (VNR) | 6.644 | 3.647 |
| Outras receitas financeiras | 30.086 | 5.085 |
| Encargos de dívidas - juros | (21.526) | (15.429) |
| Encargos de dívidas - variação monetária e cambial | (57.489) | 17.910 |
| (-) Transferência para ordens em curso | 728 | 1.196 |
| Marcação a mercado de derivativos | (25.954) | 18.208 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 25.878 | (26.999) |
| Ajuste valor presente de ativos | 206 | 126 |
| Outras despesas financeiras | (43.135) | (7.392) |
| | (74.842) | 4.951 |
| Resultado antes dos impostos | (19.368) | 43.576 |
| Contribuição social e imposto de renda | 20.847 | (6.040) |
| Lucro líquido do período | 1.479 | 37.536 |
| Lucro líquido por ação do capital social - R\$ | 7,56 | 191,99 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
 (Em milhares de reais)

| | 6M15 | 6M14 |
|---|-----------------|-----------------|
| Caixa líquido atividades operacionais | 69.453 | 57.662 |
| Caixa gerado nas operações | 74.713 | 66.489 |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | (19.368) | 43.576 |
| Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas | 67.019 | (9.655) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 2.278 | (23) |
| Provisão para riscos | (728) | (756) |
| Depreciação e amortização | 24.905 | 23.935 |
| (Ganho) Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível | 531 | 621 |
| Instrumentos financeiros derivativos | (25.878) | 26.999 |
| Marcação a mercado de derivativos | 25.954 | (18.208) |
| Variações nos ativos e passivos | (5.260) | (8.827) |
| (Aumento) de clientes | (40.831) | (3.744) |
| Diminuição (aumento) de títulos de créditos a receber | 853 | (2.088) |
| Diminuição de estoques | 116 | 225 |
| Diminuição (aumento) de impostos a recuperar | 2.098 | (1.429) |
| (Aumento) de cauções e depósitos vinculados | (860) | (4.145) |
| (Aumento) de outros créditos a receber | (24.552) | (11.334) |
| Aumento de fornecedores | 15.255 | 14.075 |
| Aumento de ativos regulatórios | 66.060 | - |
| Aumento de tributos e contribuições sociais | 9.032 | 3.049 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (18.223) | (6.709) |
| Aumento de obrigações estimadas | 3.029 | 678 |
| Aumento de entidade de previdência privada e outras | 9.039 | 1.766 |
| (Diminuição) de passivos regulatórios | (28.124) | - |
| Aumento de outras contas a pagar | 1.848 | 829 |
| Caixa líquido atividades de investimento | (85.001) | (12.241) |
| Aplicações financeiras e recursos vinculados | (56.010) | 23.259 |
| Aplicações no imobilizado e intangível | (29.784) | (36.491) |
| Alienação de bens do imobilizado e intangível | 793 | 991 |
| Caixa líquido atividades de financiamento | 33.804 | (34.915) |
| Novos empréstimos e financiamentos obtidos | 70.032 | 20.874 |
| Pagamentos de empréstimos, debêntures - principal | (10.688) | (9.220) |
| Pagamentos de empréstimos, debêntures - juros | (11.233) | (13.084) |
| Liquidação de instrumentos financeiros derivativos | 26.364 | (8.283) |
| Pagamentos de dividendos | (39.800) | (24.449) |
| Parcelamento de impostos | (871) | (753) |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes | 18.256 | 10.506 |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes | 45.254 | 30.452 |
| Saldo final de caixa e equivalentes | 63.510 | 40.958 |
| Variação líquida do caixa | 18.256 | 10.506 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A **Notas explicativas às informações trimestrais** **Exercício findo em 30 de junho de 2015** (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto Operacional

A Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia ou Energisa SE") - empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 63 municípios no Estado de Sergipe, atendendo a 721.832 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos regulatórios, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 10, 11, 15, 16, 24 e 30, respectivamente.

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 14 de agosto de 2015 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014”), publicadas na imprensa oficial em 31 de março de 2015.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

4 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 63 municípios no Estado de Sergipe e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

| a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado | | | | | |
|---|----------------|-------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Instituição financeira | Tipo | Vencimento (1) | Remuneração | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
| CEF | CDB | 31/01/2018 a 15/04/2020 | 100,5% do CDI | 17.817 | 17.611 |
| Santander | Debentures (2) | 8/06/2017 | 103,2% do CDI | 35.224 | 12.919 |
| | | | | 53.041 | 30.530 |
| Caixa e bancos | | | | 10.469 | 14.724 |
| Total caixa e equivalente de caixa | | | | 63.510 | 45.254 |

b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

| b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado | | | | | |
|---|-----------------------|----------------------------|----------------------|---------------|--------------|
| Instituição financeira | Tipo | Vencimento | Remuneração | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
| ABC Brasil | CDB | 13/01/2016 | 105,0% do CDI | 2 | 2 |
| BES | CDB | 27/08/2015 | 104,5% do CDI | 5 | 5 |
| BMG | CDB | 14/01/2016 | 100,0% do CDI | 1 | 1 |
| Bradesco | CDB | 14/09/2015 | 90,0% do CDI | 186 | 186 |
| BTG Pactual | CDB | 14/12/2015 | 101,0% do CDI | 20 | 19 |
| Caixa FI Energisa (4) | Fundo de Investimento | - | 108,10% do CDI | 38.082 | 69 |
| Caixa FI Energisa (4) | LTN | 15/05/2045 | SELIC | - | 3 |
| Caixa | Poupança | - | Poupança | 44 | 44 |
| Bradesco | Poupança | - | Poupança | 28 | 27 |
| Itaú | CDB | 12/08/2015 a 11/11/2016 | 90% a 102,0% do CDI | 797 | 904 |
| Itaú | Debentures (2) | 02/10/2015 a 23/05/2016 | 101,2% do CDI | 308 | 130 |
| Itaú | Fundo de Investimento | - | 65,64% do CDI | 1.649 | 764 |
| Nordeste | CDB | 28/07/2017 a 09/09/2019 | 90,0% a 99,0% do CDI | 7.409 | 7.727 |
| FIM Zona da Mata (4) | Fundo de investimento | - | 96,40% do CDI | 20.068 | - |
| Pine | CDB | 11/06/2016 | 100,0% do CDI | 48 | 46 |
| | | | | 68.647 | 9.927 |

| b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento | | | | | |
|---|---|------------|---------------|---------------|---------------|
| Itaú | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios | 29/12/2020 | 100,0% do CDI | 1.039 | 954 |
| | | | | 1.039 | 954 |
| Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (3) | | | | 69.686 | 10.881 |
| Circulante | | | | 61.238 | 2.908 |
| Não circulante | | | | 8.448 | 7.973 |

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$11.536 (R\$10.810 em 31 de dezembro de 2014) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.
- (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

6 Clientes

| Classes de Consumidores | Saldos Vincendos (1) | Vencidos | | | | | Total | |
|---|----------------------|---------------|--------------|---------------|----------------|---------------------|----------------|----------------|
| | | até 30 dias | 31 a 90 dias | 91 a 180 dias | 181 a 360 dias | há mais de 360 dias | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
| Residencial | 18.453 | 20.759 | 7.066 | 1.977 | 16 | 4 | 48.275 | 26.320 |
| Industrial | 15.314 | 1.723 | 200 | 93 | 108 | 269 | 17.707 | 11.138 |
| Comércio, serviços e outras atividades | 27.784 | 3.811 | 1.062 | 313 | 21 | 106 | 33.097 | 20.364 |
| Rural | 1.110 | 808 | 405 | 87 | - | - | 2.410 | 2.096 |
| Poder público: | | | | | | | | |
| Federal | 2.149 | 348 | 237 | 5 | 9 | - | 2.749 | 1.667 |
| Estadual | 971 | 157 | 106 | 3 | 4 | - | 1.241 | 753 |
| Municipal | 3.813 | 617 | 420 | 10 | 16 | 1 | 4.877 | 2.958 |
| Iluminação pública | 4.161 | 200 | 220 | 66 | 32 | - | 4.679 | 2.883 |
| Serviço público | 5.560 | 1.882 | - | - | - | - | 7.442 | 3.317 |
| Subtotal - consumidores | 79.315 | 30.306 | 9.716 | 2.554 | 206 | 380 | 122.477 | 71.496 |
| Concessionárias (2) | 1.978 | - | - | - | - | 7.659 | 9.637 | 14.794 |
| Fornecimento não faturado | 25.485 | - | - | - | - | - | 25.485 | 26.899 |
| Outras (3) | 9.695 | - | - | - | - | - | 9.695 | 7.530 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | - | (1.977) | (37) | (3.267) | (5.281) | (4.184) |
| Total | 116.473 | 30.306 | 9.716 | 577 | 169 | 4.772 | 162.013 | 116.535 |
| Circulante | | | | | | | 154.354 | 108.876 |
| Não circulante | | | | | | | 7.659 | 7.659 |

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.
- (2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
- (3) Inclui arrecadação em processo de classificação, serviços taxado e outros valores a receber de consumidores.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 30 de junho 2015, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$7.659 (R\$7.659 em 31 de dezembro de 2014), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de junho de 2015. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo o saldo registrado na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$33.987 (R\$8.826 em 31 de dezembro de 2014) referente a aquisição de energia na CCEE e R\$4.172 (R\$2.089 em 31 de dezembro de 2014) de encargos do serviços do sistema, conforme demonstrados a seguir:

| Composição dos créditos da CCEE | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|--|-----------------|----------------|
| Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 | 6.387 | 6.387 |
| Créditos vencidos (*) | 1.272 | 1.272 |
| | 7.659 | 7.659 |
| (-) Aquisição de energia na CCEE | (33.987) | (8.826) |
| (-) Encargos de serviços no sistema | (4.172) | (2.089) |
| | (30.500) | (3.256) |

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia de curto prazo que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas

regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

7 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Os saldos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, estão demonstrados como segue:

| | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|---|---------------|---------------|
| Títulos de créditos a receber | 22.504 | 23.233 |
| Ajuste a valor presente | (2.940) | (3.146) |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*) | (8.430) | (8.306) |
| | 11.134 | 11.781 |
| Circulante | 9.509 | 8.827 |
| Não circulante | 1.625 | 2.954 |

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 30 de junho de 2015, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

| | 30/06/2015 |
|--------------|---------------|
| Vencidos | 8.430 |
| 2015 | 7.509 |
| 2016 | 2.481 |
| 2017 | 237 |
| 2018 | 259 |
| 2019 | 293 |
| 2020 | 355 |
| Total | 19.564 |

8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

| Movimentação das provisões | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|--|---------------|---------------|
| Saldo inicial - 31/12/2014 e 31/12/2013 | 12.490 | 17.888 |
| Provisões constituídas no período | 1.372 | 1.013 |
| Reversão de provisões no período | (151) | (6.411) |
| Saldo final- circulante - 30/06/2015 e 31/12/2014 | 13.711 | 12.490 |
| Consumidores e concessionárias | 5.281 | 4.184 |
| Títulos de créditos a receber | 8.430 | 8.306 |

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9 Impostos a recuperar

| | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|---|---------------|---------------|
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | 11.137 | 12.126 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 337 | 101 |
| Imposto de Renda - IRPJ | 17.911 | 16.504 |
| Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL | 5.533 | 1.255 |
| PIS e COFINS | 15.101 | 22.165 |
| Outros | 56 | 22 |
| | 50.075 | 52.173 |
| Circulante | 36.193 | 35.649 |
| Não circulante | 13.882 | 16.524 |

10 Revisão e reajuste tarifário periódico

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas da Companhia foram reajustadas pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 1.877 de 14 de abril de 2015, que aprovou o reajuste médio de 13,26%, a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2015.

Reajuste tarifário extraordinário:

A Aneel, em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 8,0%.

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

O resultado da terceira revisão tarifária da Companhia foi aprovado pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 1.513 de 16 de abril de 2013 com reajuste de 4,08% aplicados desde 22 de abril de 2013.

Bandeiras tarifárias:

A partir de janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sobre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

As bandeiras tarifárias são homologadas pela ANEEL, a cada ano civil, considerada a previsão das variações relativas aos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cabendo a CCEE criar e manter a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL.

11 Ativos e passivos regulatórios

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

| Ativos regulatórios | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|---|----------------|----------------|
| Itens da Parcela A (i) | | |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | 2.480 | 348 |
| Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA | - | 103 |
| Transporte de Energia Elétrica Rede Básica | 11.172 | 7.582 |
| Energia elétrica comprada para revenda | 102.413 | 151.567 |
| Itens financeiros | | |
| Exposição de submercados | 3.258 | - |
| Outros itens financeiros | 2.797 | 1.036 |
| Total Ativo | 122.120 | 160.636 |
| Circulante | 91.948 | 121.325 |
| Não Circulante | 30.172 | 39.311 |
| Passivos regulatórios | | |
| Itens da Parcela A (i) | | |
| Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA | 166 | - |
| Encargo de serviços de sistema ESS (iii) | 24.996 | 29.042 |
| Sobrecontratação de energia (ii) | 44.454 | 37.607 |
| Itens financeiros | | |
| Exposição de submercados | - | 548 |
| Neutralidade da Parcela A | 747 | 512 |
| Total Passivo | 70.363 | 67.709 |
| Circulante | 59.551 | 50.536 |
| Não Circulante | 10.812 | 17.173 |
| Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios | 51.757 | 92.927 |

| Efeito na demonstração do resultado | 01/04/2015 a 30/06/2015 | 01/01/2015 a 30/06/2015 |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Receita operacional | (25.518) | (37.936) |
| Outras receitas (despesas) financeiras | (2.037) | (3.234) |
| Total - resultado | (27.555) | (41.170) |

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às

tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

- (ii) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS** - representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Companhia assinou junto a ANEEL, aditivo ao contrato de concessão com inclusão de cláusula específica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios como ativo ou passivo financeiro.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes deve ser efetuada no exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva.

Desta forma, os valores reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços, receitas e despesas financeiras.

12 Outros créditos

| | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|---|---------------|---------------|
| Baixa renda (1) | 8.156 | 7.908 |
| Ordens de serviço em curso - PEE e P&D | 14.974 | 11.593 |
| Ordens de serviço em curso - outros | 1.522 | 1.751 |
| Adiantamentos | 1.184 | 1.901 |
| Subvenção CDE - desconto tarifário (2) | 21.670 | 14.832 |
| Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos | 1.249 | 3.412 |
| Créditos a receber - Restituição encargos setoriais | 477 | - |
| Reembolso CDE - bandeira tarifária | 16.183 | - |
| Despesas antecipadas | 3.295 | 2.867 |
| Outros | 1.576 | 2.037 |
| Total | 70.286 | 46.301 |
| Circulante | 69.573 | 45.588 |
| Não circulante | 713 | 713 |

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE - desconto tarifário:

(1) Baixa renda:

| | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|---|--------------|--------------|
| Saldo - inicial circulante - 31/12/2014 e 31/12/2013 | 7.908 | 6.399 |
| Subvenção Baixa Renda | 17.232 | 42.755 |
| Ressarcimento pela Eletrobrás | (16.984) | (41.246) |
| Saldo - final - circulante - 30/06/2015 e 31/12/2014 | 8.156 | 7.908 |

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo. Em julho de 2015 foram recebidos o montante de R\$5.387 referente à subvenção baixa renda.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário:

| | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|--|---------------|---------------|
| Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural | 73.369 | 54.813 |
| Ressarcimento pela Eletrobrás | (51.699) | (39.981) |
| Total | 21.670 | 14.832 |

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 30 de junho de 2015, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de outubro de 2014 a junho de 2015, cujo ressarcimento a administração da companhia espera receber da CDE no terceiro trimestre de 2015. Em julho de 2015 foram recebidos o montante de R\$5.915 referente à subvenção CDE.

13 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Minas Gerais- Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA), Energisa Geração Usina Mauricio, Energisa Geração Central Solar Coremas S/A.

Em abril de 2014 a controladora ENERGISA S/A, adquiriu a participação nas sociedades JOMJ Participações S/A, BBPM Participações S/A, Denerge Desenvolvimento Energético S/A e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S/A o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S/A (Multi Energisa), Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

| | Serviços contratados (Despesa) (1) | Energia elétrica comprada para revenda (2) | Comissão aval (Despesa financeira) (3) | Saldo a pagar (fornecedores) |
|--------------|------------------------------------|--|--|------------------------------|
| ENERGISA S/A | 7.274 | - | 4.756 | 1.148 |
| 30/06/2015 | 7.274 | - | 4.756 | 1.148 |
| 30/06/2014 | 6.938 | 486 | 3.583 | 1.178 |
| 31/12/2014 | 13.950 | 961 | 7.443 | 1.178 |

(1) Os serviços contratados junto a Controladora referem-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(2) Os valores de energia elétrica comprada estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos administradores

No período findo em 30 de junho de 2015, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$330 (R\$296 em 30 de junho de 2014) e da Diretoria foi de R\$701 (R\$1.237 em 30 de junho de 2014). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$158 (R\$150 em 30 de junho de 2014). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$262 (R\$237 em 30 de junho de 2014).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de junho, foram de R\$44 e R\$2 (R\$41 e R\$1 em 30 de junho de 2014), respectivamente. A remuneração média em 30 de junho de 2015 foi de R\$15 (R\$11 em 30 de junho de 2014).

Na AGO de 30 de abril de 2015, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2015 no montante de R\$5.463 (R\$5.134 para o exercício de 2014).

14 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas dos CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

| | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|---|----------------|---------------|
| Ativo | | |
| Diferenças temporárias: | | |
| Imposto de renda | 92.096 | 72.269 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido | 33.154 | 26.017 |
| Total | 125.250 | 98.286 |
| Passivo | | |
| Diferenças temporárias: | | |
| Imposto de renda | 15.318 | 20.267 |
| Contribuição social | 5.515 | 7.296 |
| Total | 20.833 | 27.563 |
| Total líquido - ativo não circulante | 104.417 | 70.723 |

As diferenças temporárias são como segue:

| | 30/06/2015 | | 31/12/2014 | |
|---|-----------------|----------------|-----------------|---------------|
| | base de cálculo | IRPJ + CSSL | base de cálculo | IRPJ + CSSL |
| Ativo | | | | |
| Provisão ajuste atuarial | 119.722 | 40.705 | 114.257 | 38.846 |
| Provisões para riscos | 22.074 | 7.505 | 21.462 | 7.297 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD | 13.711 | 4.662 | 12.490 | 4.246 |
| Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras) | 9.805 | 3.334 | 10.636 | 3.616 |
| Variações cambiais passivas | 170.535 | 57.982 | 113.503 | 38.591 |
| Ajustes a valor presente | 2.940 | 1.000 | 3.146 | 1.070 |
| Ativos regulatórios (CVA's) | 17.476 | 5.942 | - | - |
| Outras adições (exclusões) temporárias | 12.120 | 4.120 | 13.585 | 4.619 |
| Marcação a mercado - derivativos | (27.247) | (9.264) | (53.687) | (18.253) |
| IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações | (34.025) | (11.569) | (27.381) | (9.309) |
| Total - ativo não circulante | 307.111 | 104.417 | 208.011 | 70.723 |

A seguir está apresentada a estimativa para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

| Período | Realizações de Créditos fiscais |
|--------------|---------------------------------|
| 2015 | 3.536 |
| 2016 | 7.072 |
| 2017 | 7.072 |
| 2018 | 7.072 |
| 2019 | 7.072 |
| 2020 | 7.072 |
| 2021 a 2024 | 65.521 |
| Total | 104.417 |

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

| | 01/04/2015 a 30/06/2015 | 01/01/2015 a 30/06/2015 | 01/04/2014 a 30/06/2014 | 01/01/2014 a 30/06/2014 |
|---|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Resultados antes dos tributos sobre o lucro | 7.836 | (19.368) | 17.448 | 43.576 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas | (2.664) | 6.585 | (5.932) | (14.816) |
| Ajustes: | | | | |
| Itens permanentes: | | | | |
| Redução do imposto de renda e adicionais (*) | 128 | 13.762 | 7.526 | 9.614 |
| Outros | 182 | 500 | (1.017) | (838) |
| Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro | (2.354) | 20.847 | 577 | (6.040) |
| Alíquota efetiva | 30,04% | - | - | 13,86% |

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo fiscal SUDENE- auferidos no exercício findo em 30 de junho de 2015, no montante de R\$13.762 (R\$9.614 em 30 de junho de 2014) foi registrado diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e o deferimento de seu pedido junto a Receita Federal, foi aprovado pelo Despacho nº 126 - DRF/ASJU de 04/03/2013. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

15 Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No período findo em 30 de junho de 2015, foi reconhecido em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$6.644 (R\$5.428 em 31 de dezembro de 2014).

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no não circulante. Em 30 de junho de 2015, o saldo dessa rubrica monta:

| | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|---|----------------|----------------|
| Ativo financeiro custo histórico - 31/12/2014 e 31/12/2013 | 228.574 | 182.867 |
| Adições no período/exercício (*) | 9.142 | 41.062 |
| Baixas no período/exercício | (193) | (783) |
| Ativo financeiro custo histórico | 237.523 | 223.146 |
| Atualização do contas a receber da concessão - VNR | 6.644 | 5.428 |
| Ativo financeiro custo corrigido - 30/06/2015 e 31/12/2014 | 244.167 | 228.574 |

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

16 Intangível e Imobilizado

| | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Intangível - Contrato de concessão | 253.305 | 247.511 |
| Direito de concessão | 285.204 | 295.055 |
| Imobilizado | 6.149 | 6.295 |
| Total | 544.658 | 548.861 |

a) Intangível - Contrato de concessão

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

| Intangível | Saldo 31/12/2014 | Adição | Transferências | Baixas (*) | Amortização/Depreciação | Saldo 30/06/2015 |
|--|------------------|---------------|----------------|-----------------|-------------------------|------------------|
| Intangível em Serviço | | | | | | |
| Custo | 752.993 | - | 13.485 | (1.507) | - | 764.971 |
| Amortização Acumulada | (352.964) | - | - | 943 | (19.201) | (371.222) |
| Subtotal | 400.029 | - | 13.485 | (564) | (19.201) | 393.749 |
| Em Curso (*) | 29.180 | 33.495 | (13.485) | (9.960) | - | 39.230 |
| Total Intangível | 429.209 | 33.495 | - | (10.524) | (19.201) | 432.979 |
| (-) Obrigações Vinculadas a concessão | | | | | | |
| Em Serviço | | | | | | |
| Custo | 173.779 | - | 862 | - | - | 174.641 |
| Amortização Acumulada | (49.638) | - | - | - | (4.790) | (54.428) |
| Subtotal | 124.141 | - | 862 | - | (4.790) | 120.213 |
| Em Curso | 57.557 | 3.584 | (862) | (818) | - | 59.461 |
| Total das Obrigações Vinculadas a concessão | 181.698 | 3.584 | - | (818) | (4.790) | 179.674 |
| Total Intangível | 247.511 | 29.911 | - | (9.706) | (14.411) | 253.305 |
| Imobilizado em Serviço | | | | | | |
| Custo: | | | | | | |
| Software | 19 | - | - | - | - | 19 |
| Máquinas e equipamentos | 11.287 | - | 243 | - | - | 11.530 |
| Veículos | 123 | - | - | - | - | 123 |
| Móveis e utensílios | 7.118 | - | 254 | - | - | 7.372 |
| Total do imobilizado em serviço | 18.547 | - | 497 | - | - | 19.044 |
| Depreciação acumulada: | | | | | | |
| Software | (13) | - | - | - | (2) | (15) |
| Máquinas e equipamentos | (7.353) | - | - | - | (511) | (7.864) |
| Veículos | (72) | - | - | - | (9) | (81) |
| Móveis e utensílios | (4.814) | - | - | - | (121) | (4.935) |
| Total Depreciação acumulada | (12.252) | - | - | - | (643) | (12.895) |
| Subtotal Imobilizado | 6.295 | - | 497 | - | (643) | 6.149 |
| Imobilizado em curso | - | 497 | (497) | - | - | - |
| Total do Imobilizado | 6.295 | 497 | - | - | (643) | 6.149 |
| Total Geral | 253.806 | 30.408 | - | (9.706) | (15.054) | 259.454 |

(*) Do total das baixas realizadas no período findo em 30 de junho de 2015 de R\$9.706, R\$9.142 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$564 referem-se a baixas operacionais realizadas no período.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. Em 30 de junho de 2015 a taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,24% (3,97% em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em abril de 2008. A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

| Obrigações vinculadas à concessão: | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|--|----------------|----------------|
| Contribuições do consumidor (1) | 93.543 | 92.426 |
| Participação da União - recursos CDE (2) | 131.309 | 131.309 |
| Participação do Governo do Estado (2) | 43.094 | 43.094 |
| Reserva para reversão (3) | 301 | 301 |
| Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente | 8.485 | 6.020 |
| (-) Amortização acumulada | (54.428) | (49.638) |
| Total | 222.304 | 223.512 |
| Alocação: | | |
| Contas a receber da concessão | 42.630 | 41.814 |
| Infraestrutura - Intangível em serviço | 120.213 | 124.141 |
| Infraestrutura - Intangível em curso | 50.976 | 51.537 |
| Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente | 8.485 | 6.020 |
| Total | 222.304 | 223.512 |

(1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

(3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária, em abril de 2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizado na rubrica Obrigações Especiais. Até 30 de junho de 2015, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$8.485 (R\$6.020 em 31 de dezembro de 2014).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia foram:

| Taxas de depreciação do ativo imobilizado | 30/06/2015 |
|---|------------|
| Máquinas e equipamentos | 15,91% |
| Veículos | 14,29% |
| Móveis e utensílios | 6,25% |

b) Direito de concessão

O ágio incorporado pela Companhia está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica - dezembro de 2027, tomando-se por base as curvas de rentabilidade projetadas. A amortização do ágio gera um benefício fiscal da ordem de 34%. Em 30 de junho de 2015, a previsão de amortização do ágio e do benefício fiscal é como segue:

| Período de amortização | 30/06/2015 | Redução do imposto de renda e contribuição social |
|------------------------|----------------|---|
| 2015 e 2016 | 30.057 | 10.219 |
| 2017 e 2018 | 41.927 | 14.255 |
| 2019 e 2020 | 43.943 | 14.941 |
| 2021 e 2022 | 45.932 | 15.617 |
| 2023 e 2024 | 47.905 | 16.288 |
| 2025 e 2026 | 49.825 | 16.941 |
| 2027 em diante | 25.615 | 8.709 |
| Total | 285.204 | 96.970 |

A movimentação está apresentada a seguir:

| | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|--------------------------------|----------------|----------------|
| Saldo -31/12/2014 e 31/12/2013 | 295.055 | 314.255 |
| Amortização no período | (9.851) | (19.200) |
| Saldo -30/06/2015 e 31/12/2014 | 285.204 | 295.055 |

17 Fornecedores

| | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|---|---------------|---------------|
| Suprimento: | | |
| CCEE | 33.987 | 8.826 |
| Contratos Bilaterais (1) | 41.984 | 52.433 |
| Encargo do serviço de sistema (1) | 4.172 | 2.089 |
| Conexão à rede (1) | 265 | 240 |
| Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1) | 3.116 | 3.123 |
| Materiais, serviços e outros (2) | 11.383 | 13.910 |
| | 94.907 | 80.621 |
| Circulante | 92.530 | 78.244 |
| Não Circulante | 2.377 | 2.377 |

- (1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
- (2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

18 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

| Operações | Encargos da dívida | Principal | | Total | | Ref. |
|--|--------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------|
| | | Circulante | Não Circulante | 30/06/2015 | 31/12/2014 | |
| Em moeda nacional | | | | | | |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III | 155 | - | 15.000 | 15.155 | 15.140 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche | 13 | 139 | 55 | 207 | 291 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche | 46 | 382 | 893 | 1.321 | 1.553 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche | 66 | 474 | 1.400 | 1.940 | 2.163 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche | 1 | 41 | 223 | 265 | 288 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche | 197 | 24 | 1.807 | 2.028 | 2.042 | |
| Eletrobrás - Subtransmissão | 113 | 1.240 | - | 1.353 | 2.261 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche | 9 | - | 4.564 | 4.573 | 4.441 | |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200702008 (FNE) | 292 | 2.228 | 3.091 | 5.611 | 6.874 | |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200702008 (FAT) | 76 | 3.602 | 782 | 4.460 | 5.464 | |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200902010 (FNE) | 733 | 2.650 | 10.591 | 13.974 | 15.667 | |
| Banco ABC - repasse BNDES | 492 | 5.030 | 16.137 | 21.659 | 24.354 | |
| Banco ABC - repasse BNDES | 84 | 212 | 2.198 | 2.494 | 2.813 | |
| Banco Itaú BBA - FINAME | 82 | 2.097 | 17.650 | 19.829 | 18.781 | |
| Banco Itaú BBA - FINEM | 44 | 2.835 | 12.504 | 15.383 | 17.000 | |
| Nota promissória Itaú | 6.122 | 80.000 | - | 86.122 | 80.536 | |
| Sub Total em moeda nacional | 8.525 | 100.954 | 86.895 | 196.374 | 199.668 | |
| (-) custos de captação incorridos na contratação | - | (154) | (396) | (550) | (626) | |
| Total em moeda nacional | 8.525 | 100.800 | 86.499 | 195.824 | 199.042 | |
| Em moeda estrangeira | | | | | | |
| Bank of America Merrill Lynch | 44 | 93.078 | - | 93.122 | 79.803 | (1) |
| Banco Itaú BBA | 741 | - | 155.847 | 156.588 | 134.494 | (1) |
| Citibank | 839 | - | 224.362 | 225.201 | 133.393 | (1) |
| Total em moeda estrangeira | 1.624 | 93.078 | 380.209 | 474.911 | 347.690 | |
| Total | 10.149 | 193.878 | 466.708 | 670.735 | 546.732 | |

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$8.448 (R\$8.681 em 31 de dezembro de 2014), registrado na rubrica "recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

(1) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 27).

O contrato firmado com o Bank of America Merrill Lynch, possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em correspondência expedida em 26 de junho de 2015, foi suspensa a aplicação dos indicadores financeiros até o vencimento do contrato.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2015:

| Operação | Vencimento | Características da Operação | | Prazo Médio meses | Custo da Dívida | | TIR (Taxa efetiva de juros) | Ref. |
|---|------------|-----------------------------|----------------------------|-------------------|-----------------|------------------|-----------------------------|------|
| | | Periodicidade Amortização | Garantias Reais | | Indexador | Tx de Juros a.a | | |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III | dez/20 | mensal, após dez.2017 | Recebíveis | 66 | CDI + | 0,70% | 6,25% | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche | out/16 | mensal | Recebíveis | 16 | RGR 5,0% | | 2,50% | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche | abr/18 | mensal | Recebíveis | 34 | RGR 5,0% | | 2,50% | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche | out/19 | mensal | Recebíveis | 52 | RGR 5,0% | | 2,50% | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche | jul/22 | mensal | Recebíveis | 85 | RGR 5,0% | | 2,50% | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche | out/22 | mensal | Recebíveis | 88 | RGR 5,0% | | 2,50% | |
| Eletrobrás - Subtransmissão | mar/16 | mensal | Recebíveis | 9 | RGR 5,0% | | 2,50% | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche | ago/26 | mensal, após ago.2016 | Aval Energisa S/A | 137 | Pré-fixado | 6,0% | 3,00% | |
| Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE) | jun/17 | mensal | Recebíveis + Fundo Reserva | 24 | pré-fixado | 8,3% | 4,15% | (2) |
| Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT) | jun/17 | mensal | Recebíveis + Fundo Reserva | 24 | TJLP + | 4,00% | 5,00% | |
| Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE) | ago/19 | mensal | Recebíveis + Fundo Reserva | 38 | pré-fixado | 8,4% | 4,20% | (2) |
| Banco ABC - Repasse BNDES | mai - 2019 | mensal | Aval Energisa S.A. | 47 | TJLP + | De 2,2% a 4,10% | 4,10% a 5,05% | |
| Banco ABC - Repasse BNDES | fev/23 | mensal | Aval Energisa S.A | 92 | pré-fixado | De 8,10% a 9,10% | 4,05% a 4,55% | |
| Banco Itaú BBA - FINAME | fev/24 | mensal | Aval Energisa S/A | 103 | pré-fixado | De 2,5% a 8,7% | 0,32% a 1,09% | |
| Banco BNB - repasse BNDES Finem | mar - 2020 | mensal | Aval Energisa S/A | 57 | TJLP + | 2,90% a 3,90% | 4,45% a 4,95% | |
| Nota Promissória Itaú | dez - 2015 | final | Aval Energisa S/A | 6 | CDI + | 2,00% | 6,92% | |
| Bank of America Merrill Lynch | set/15 | final | Aval Energisa S/A | 3 | Libor + | 2,45% | 18,31% | (1) |
| Banco Itaú BBA | abr/18 | Anual, após abr-2018 | Aval Energisa S/A | 34 | Dólar + | 3,4892 | 18,55% a 17,97% | (1) |
| Citibank | mai/19 | final | Aval Energisa S/A | 53 | Libor + | 1,77% a 1,91% | 18,04% | (1) |

(1) Possui Swap.

(2) Considera Bônus de adimplemento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período/exercício:

| Moeda/indicadores | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|-------------------|------------|------------|
| US\$ x R\$ | 16,81% | 13,39% |
| TJLP | 3,00% | 5,00% |
| SELIC | 5,99% | 10,90% |
| CDI | 5,92% | 10,81% |
| IPCA | 6,17% | 6,41% |
| IGP-M | 4,33% | 3,67% |
| LIBOR | 0,27% | 0,23% |
| UMBNB | 0,06% | 0,05% |
| TR | 0,64% | 0,86% |

Em 30 de junho de 2015, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

| | 30/06/2015 |
|--------------|----------------|
| 2016 | 10.490 |
| 2017 | 120.232 |
| 2018 | 278.060 |
| 2019 | 39.989 |
| Após 2019 | 17.937 |
| Total | 466.708 |

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

| Descrição | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|---|----------------|----------------|
| Saldos em 31/12/2014 e 31/12/2013 | 546.732 | 410.525 |
| Novos empréstimos e financiamentos obtidos | 71.626 | 113.975 |
| Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial | 74.298 | 61.780 |
| Pagamento de principal | (10.688) | (21.176) |
| Pagamento de juros | (11.233) | (18.372) |
| Saldos em 30/06/2015 e 31/12/2014 | 670.735 | 546.732 |
| Circulante | 204.027 | 185.485 |
| Não circulante | 466.708 | 361.247 |

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

| Contratos | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2017 em diante | Total |
|---|------------|------------|----------------------|------------|
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III | 12 | 24 | 100 | 136 |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) | 15 | 30 | 15 | 60 |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) | 12 | 23 | 12 | 47 |
| Banco ABC - repasse BNDES | 9 | 18 | 40 | 67 |
| Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) | 28 | 56 | 156 | 240 |
| Total | 76 | 151 | 323 | 550 |

19 Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

| | 3ª Emissão |
|-----------------------------|---------------|
| Tipo de emissão | Pública |
| Data de emissão | 30/10/2013 |
| Data de vencimento | 30/10/2019 |
| Garantia | Quirografária |
| Rendimentos | 115% do CDI |
| TIR (taxa efetiva de juros) | 11,02% |
| Quantidade de títulos | 60 |
| Valor na data de emissão | 60.000 |
| Títulos em circulação | 60 |
| Carência de Juros | 24 meses |
| Data de repactuação | - |
| Amortizações/parcelas | 5 anuais |
| Saldos em 30/06/2015 | 73.463 |
| Circulante | 25.463 |
| Não circulante | 48.000 |
| Saldos em 31/12/2014 | 68.746 |
| Circulante | 8.746 |
| Não circulante | 60.000 |

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2015, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 30 de junho de 2015 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

| | 30/06/2015 |
|--------------|---------------|
| 2016 | 12.000 |
| 2017 | 12.000 |
| 2018 | 12.000 |
| 2019 | 12.000 |
| Total | 48.000 |

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

| Descrição | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|---|---------------|---------------|
| Saldos em 31/12/2014 e 31/12/2013 | 68.746 | 121.113 |
| Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial | 4.717 | 14.513 |
| Pagamento de principal | - | (60.000) |
| Pagamento de juros | - | (6.880) |
| Saldos em 30/06/2015 e 31/12/2014 | 73.463 | 68.746 |
| Circulante | 25.463 | 8.746 |
| Não circulante | 48.000 | 60.000 |

20 Tributos e contribuições sociais

| | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|------------------|---------------|---------------|
| ICMS | 23.471 | 15.793 |
| Encargos Sociais | 1.317 | 1.282 |
| IRPJ | 13.683 | 12.820 |
| CSSL | 5.719 | 6.578 |
| PIS/COFINS | 14.995 | 18.290 |
| Outros | 984 | 1.750 |
| Total | 60.169 | 56.513 |
| Circulante | 41.457 | 40.650 |
| Não circulante | 18.712 | 15.863 |

21 Parcelamento de impostos

| Descrição | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|---|------------|------------|
| Benefício da Lei 11.941/2009 - Refis IV | 3.661 | 4.532 |
| Número de parcelas | 21 | 27 |

A Companhia aderiu ao programa do Novo REFIS instituído pela Lei 11.941/2009, o qual está sendo liquidado pela prestação mínima até a consolidação dos débitos.

Em 30 de junho de 2015, o saldo desse parcelamento é no montante de R\$3.661 (R\$4.532 em 31 de dezembro de 2014).

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o saldo dos impostos parcelados está assim programado:

| | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|----------------|--------------|--------------|
| 2015 | 1.026 | 2.014 |
| 2016 | 2052 | 2.014 |
| Após 2016 | 583 | 504 |
| Total | 3.661 | 4.532 |
| Circulante | 2.092 | 2.014 |
| Não circulante | 1.569 | 2.518 |

22 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

| | 31/12/2014 | Provisões constituídas | Reversões de provisões | Atualização | 30/06/2015 |
|------------------------------------|---------------|------------------------|------------------------|--------------|---------------|
| Trabalhistas | 15.847 | 2.499 | (3.525) | 973 | 15.794 |
| Cíveis | 5.615 | 829 | (531) | 367 | 6.280 |
| Total | 21.462 | 3.228 | (4.056) | 1.340 | 22.074 |
| Depósitos e cauções vinculados (*) | (17.852) | | | | (18.343) |

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$34.895 (R\$34.035 em 31 de dezembro de 2014). Desse total, R\$16.552 (R\$16.183 em 31 de dezembro de 2014) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

Nos primeiros seis meses do ano de 2015 foram pagos o montante de R\$2.498, sendo de indenizações trabalhistas R\$1.850 e de indenizações cíveis R\$648.

Perdas prováveis

Trabalhistas

Referem-se a reclamações trabalhistas de pedido de horas extras, equiparação salarial, incorporação da PL, indenizações decorrentes de acidente de trabalho e doença ocupacional, complementação de adicional de periculosidade, FGTS, outras verbas contratuais/legais e ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por acidente de trabalho e verbas rescisórias.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável

Perdas Possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, na condição de réu, em um montante total de R\$298.480 (R\$278.314 em 31 de dezembro de 2014), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas, na condição de réu, no montante de R\$23.352 (R\$20.484 em 31 de dezembro de 2014), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, complementação de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível e juizado especial cível, na condição de réu, no montante de R\$38.143 (R\$35.616 em 31 de dezembro de 2014), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como as ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado, além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

Fiscais

As ações de natureza fiscais, administrativas e tributárias, na condição de réu, no montante R\$236.985 (R\$222.214 em 31 de dezembro de 2014), referem-se basicamente a discussões sobre: (i) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (ii) diferencial de alíquota; e (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, entre outras.

23 Patrimônio Líquido

23.1. Capital Social e reservas de capital

O capital social subscrito e integralizado no montante de R\$382.899 (R\$357.135 em 31 de dezembro de 2014) está representado por 195.509 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$25.764, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo da reserva de lucros - Incentivo Fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para R\$382.899.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 450 mil ações, sendo até 150 mil ações ordinárias e até 300 mil ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

23.2. Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais propostos da Companhia, relativos ao exercício de 2014, no montante de R\$39.800, já tendo sido integralmente quitados: (i) em 19 de janeiro de 2015, o valor de R\$19.600 (R\$ 100,251139334 por ação ordinária); (ii) em 02 de abril de 2015, o valor de R\$10.100 (R\$51,66097443 por ação ordinária); e (iii) em 06 de abril de 2015, o valor de R\$10.100 (R\$ 51,66097443 por ação ordinária).

24 Receita operacional

| | 30/06/2015 | | | | 30/06/2014 | | | |
|--|--|------------------|-------------------------------|-------------------------------|--|------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| | Não revisado pelos auditores independentes | | 01/04/2015 à 30/06/2015 | 01/01/2015 à 30/06/2015 | Não revisado pelos auditores independentes | | 01/04/2014 à 30/06/2014 | 01/01/2014 à 30/06/2014 |
| | Nº de consumidores | MWh | R\$ | R\$ | Nº de consumidores | MWh | R\$ | R\$ |
| Residencial | 650.315 | 526.534 | 166.986 | 305.933 | 625.446 | 506.142 | 112.085 | 224.115 |
| Industrial | 2.583 | 148.155 | 35.146 | 64.592 | 2.649 | 151.201 | 24.525 | 47.876 |
| Comercial | 42.373 | 279.649 | 93.696 | 166.248 | 41.413 | 271.334 | 60.664 | 121.075 |
| Rural | 18.962 | 60.591 | 13.733 | 22.979 | 18.569 | 58.600 | 7.250 | 16.436 |
| Poder Público: | | | | | | | | |
| Federal | 112 | 17.636 | 4.515 | 8.095 | 111 | 16.842 | 2.836 | 5.682 |
| Estadual | 4.641 | 36.862 | 9.377 | 16.813 | 4.596 | 35.202 | 5.889 | 11.801 |
| Municipal | 773 | 16.924 | 4.411 | 7.911 | 766 | 16.162 | 2.770 | 5.552 |
| Iluminação Pública | 727 | 78.577 | 11.679 | 20.598 | 667 | 78.949 | 7.608 | 14.462 |
| Serviço Público | 1.232 | 107.985 | 19.071 | 33.037 | 1.208 | 112.444 | 11.650 | 23.809 |
| Consumo Próprio | 95 | 1.450 | - | - | 96 | 1.588 | - | - |
| Subtotal | 721.813 | 1.274.363 | 358.614 | 646.206 | 695.521 | 1.248.464 | 235.277 | 470.808 |
| Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão | - | - | 4.114 | 8.151 | - | - | 3.114 | 6.152 |
| Suprimento | 2 | 219.498 | 17.015 | 33.814 | 2 | 120.522 | 10.908 | 18.360 |
| Fornecimento não faturado (líquido) | - | (34.446) | (719) | (1.414) | - | (34.774) | 235 | (7.596) |
| Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição | 17 | - | 12.454 | 22.830 | 17 | - | 8.974 | 18.298 |
| Receita de Construção (1) | - | - | 19.638 | 34.115 | - | - | 25.413 | 41.898 |
| Ativos e Passivos regulatórios - CVA (2) | - | - | (25.518) | (37.936) | - | - | - | - |
| Outras receitas operacionais | - | - | 2.305 | 4.969 | - | - | 2.547 | 3.978 |
| Total | 721.832 | 1.459.415 | 387.903 | 710.735 | 695.540 | 1.334.212 | 286.468 | 551.898 |
| Deduções da Receita Operacional | | | | | | | | |
| ICMS | - | - | 74.880 | 137.383 | - | - | 49.270 | 98.968 |
| PIS | - | - | 5.133 | 10.310 | - | - | 4.269 | 8.377 |
| COFINS | - | - | 23.643 | 47.487 | - | - | 20.208 | 39.128 |
| ISS | - | - | 70 | 140 | - | - | 34 | 65 |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | - | - | 877 | 1.948 | - | - | 937 | 1.782 |
| Conta de Desenvolvimento Energia CDE | - | - | 27.632 | 33.158 | - | - | 622 | 1.137 |
| Receita de Ultrapassagem de Demanda Excedente | - | - | 1.239 | 2.465 | - | - | 1.519 | 2.962 |
| Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias | - | - | 32.957 | 52.172 | - | - | - | - |
| Programa de Pesquisa e Desenvolvimento- P&D | - | - | 878 | 1.948 | - | - | 937 | 1.782 |
| Total - deduções da receita operacional | - | - | 167.309 | 287.011 | - | - | 77.796 | 154.201 |
| Total Receita Operacional Líquida | 721.832 | 1.459.415 | 220.594 | 423.724 | 695.540 | 1.334.212 | 208.672 | 397.697 |

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos regulatórios reconhecidos no período findo em 31 de março de 2015 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14 e Comunicado Técnico Ibracon nº 05/2014.

25 Custo de energia elétrica comprada para revenda

| | MWH (***) | | Energia elétrica comprada p/revenda | | | |
|--|------------------|------------------|-------------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| | 30/06/2015 | 30/06/2014 | 01/04/2015 a 30/06/2015 | 01/01/2015 a 30/06/2015 | 01/04/2014 a 30/06/2014 | 01/01/2014 a 30/06/2014 |
| Energia de leilão | 889.060 | 751.464 | 84.438 | 180.966 | 78.391 | 151.711 |
| Energia bilateral | 63.917 | 63.915 | 8.469 | 16.048 | 6.754 | 12.487 |
| Cotas de Angra REN 530/12 | 56.042 | 55.817 | 4.574 | 9.010 | 4.185 | 8.416 |
| Energia de curto prazo - CCEE | 87.054 | 106.892 | 69.577 | 100.812 | 45.681 | 112.506 |
| Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I | 546.810 | 535.863 | 8.679 | 17.334 | 8.031 | 16.290 |
| Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA | 32.916 | 30.969 | 3.626 | 7.252 | 3.791 | 7.581 |
| Ressarcimento pela exposição térmica (*) | - | - | - | (25.958) | (26.492) | (78.798) |
| Reembolso do Fundo CDE - bandeira tarifária (**) | - | - | (60.866) | (86.333) | - | - |
| (-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo | - | - | (1.833) | (12.674) | (8.886) | (17.182) |
| Total | 1.675.799 | 1.544.920 | 116.664 | 206.457 | 111.455 | 213.011 |

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$25.958

Os valores referentes aos Despachos de março de 2015 foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados de encargos de PIS e COFINS.

(**) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08/04/2015 estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. No período foram contabilizados R\$86.333 como redutor de energia comprada, e R\$52.172 como deduções da receita operacional. (Nota explicativa 24)

Para os meses de janeiro a maio de 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

| Meses | Despacho | Valor |
|--------------|--------------------------------------|---------------|
| Janeiro | Despacho 583 de 4 de março de 2015 | 936 |
| Fevereiro | Despacho 829 de 30 de março de 2015 | 4.259 |
| Março | Despacho 1356 de 4 de maio de 2015 | 5.508 |
| Abril | Despacho 1743 de 29 de maio de 2015 | 7.274 |
| Maior | Despacho 2131 de 30 de junho de 2015 | 11.133 |
| Junho | Valor a ser homologado | 5.051 |
| Total | | 34.161 |

Sobre esses montantes foram registrados encargos de PIS e COFINS.

(***) Não revisado pelos auditores independentes.

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das informações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

| Ramos | Data de Vencimento | Importância Segurada | Premio anual |
|--|--------------------|------------------------|-------------------------|
| | | | 30/06/2015 e 31/12/2014 |
| Riscos Operacionais | 23/10/2015 | 35.606 | 219 |
| Responsabilidade Civil Geral | 23/10/2015 | 50.600 | 212 |
| Frota - Danos Materiais e Corporais a Terceiros. | 23/10/2015 | Até R\$360 mil/veículo | 122 |
| Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais | 31/12/2015 | 54.629 | 242 |
| | | | 795 |

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

| ATIVO | 30/06/2015 | | 31/12/2014 | |
|--|------------|-------------|------------|-------------|
| | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Caixa e equivalente de caixa | 63.510 | 63.510 | 45.254 | 45.254 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 69.686 | 69.686 | 10.881 | 10.881 |
| Clientes | 162.013 | 162.013 | 116.535 | 116.535 |
| Títulos de créditos a receber | 11.134 | 11.134 | 11.781 | 11.781 |
| Conta a receber da concessão | 244.167 | 244.167 | 228.574 | 228.574 |
| Ativos regulatórios líquidos | 51.757 | 51.757 | 92.927 | 92.927 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 27.247 | 27.247 | 53.687 | 53.687 |

| PASSIVO | 30/06/2015 | | 31/12/2014 | |
|---|------------|-------------|------------|-------------|
| | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Fornecedores | 94.907 | 94.907 | 80.621 | 80.621 |
| Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas | 744.198 | 744.198 | 615.478 | 615.478 |

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e 2014, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão e ativos regulatórios líquidos. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é o seguinte:

| | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|---------------------------------|------------|------------|
| Dívida (a) | 744.198 | 615.478 |
| Caixa e equivalentes de caixa | (63.510) | (45.254) |
| Dívida Líquida | 680.688 | 570.224 |
| Patrimônio Líquido (b) | 347.552 | 385.873 |
| Índice de endividamento líquido | 1,96 | 1,48 |

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e nº 19.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

| | Taxa média de juros efetiva ponderada (%) | Até 6 meses | De 6 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|---|---|-------------|-----------------|---------------|---------------|----------------|---------|
| Fornecedores | | 92.530 | | | | 2.377 | 94.907 |
| Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures | 13,95% | 227.085 | 19.962 | 362.229 | 239.177 | 15.071 | 863.524 |
| Total | | 319.615 | 19.962 | 362.229 | 239.177 | 17.448 | 958.431 |

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias foi:

| | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|--|------------|------------|
| Caixa e equivalente de caixa | 63.510 | 45.254 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 69.686 | 10.881 |
| Clientes | 162.013 | 116.535 |
| Títulos de créditos a receber | 11.134 | 11.781 |
| Ativos regulatórios líquidos | 51.757 | 92.927 |
| Conta a receber da concessão | 244.167 | 228.574 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 27.247 | 53.687 |

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 11, 15 e 27.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de junho de 2015 com alta de 16,81% sobre 31 de dezembro de 2014, cotado a R\$3,1026/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2015 era de 17,57%, enquanto em 31 de dezembro de 2014 era de 14,33%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de junho de 2015 de R\$744.748 (R\$616.104 em 31 de dezembro de 2014), R\$474.911 (R\$347.690 em 31 de dezembro de 2014) estão representados em dólares:

- (i) US\$50,6 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$50,2 milhões de principal); e
- (ii) US\$30,0 milhões de empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (US\$30,0 milhões de principal).
- (iii) US\$72,6 milhões de empréstimo com o Banco Citibank (US\$72,3 milhões de principal).

Os empréstimos têm vencimento de curto e longo prazo, 17 de agosto de 2015 e 28 de maio de 2019, respectivamente, e custos de até VC mais 4,33% ao ano.

O balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 apresenta no ativo circulante R\$32.756 (R\$17.075 em 31 de dezembro de 2014), no não circulante R\$36.612 em 31 de dezembro de 2014 e no passivo não circulante R\$5.509 em 30 de junho de 2015, a título de marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações financeiras intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização.

| Operação | Notional (USD) | Custo Financeiro (ao ano) | Vencimento | Limitador |
|-------------------------------|----------------|---------------------------|--------------|---------------|
| Loan 4131 BAML x ESE 1 | 30.000 | LIBOR + 2,45% | 21/09/2015 | - |
| P. Ativa | | | | |
| P. Passiva | | 100,00% CDI | | |
| Loan 4131 Itaú BBA x ESE 2 | 50.231 | VC + 4,105% | 17/04/2018 | 3,11 (Abr/17) |
| P. Ativa | | | | 3,30 (Abr/18) |
| P. Passiva | | 108,95% CDI | | |
| Loan 4131 Citibank x ESE 3 | 50.000 | LIBOR + 1,91% | 19/04/2018 | 3,31 (Abr/18) |
| P. Ativa | | | | |
| P. Passiva | | 103,50% CDI | | |
| Loan 4131 Citibank x ESE 4 | - 22.314 | LIBOR + 1,71% | - 28/05/2019 | |
| P. Ativa | | | | |
| P. Passiva | | CDI + 1,85% | | |

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, que podem ser assim resumidos:

| Instrumentos financeiros derivativos | | | | | |
|--|---------------------|------------|---------------|-------------|------------|
| | Valor de Referência | | Descrição | Valor Justo | |
| | 30/06/2015 | 31/12/2014 | | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
| Swap Cambial Citibank e Merrill Lynch | 130.690 | 60.690 | Posição Ativa | | |
| Moeda Estrangeira- LIBOR | | | 164.812 | - | |
| Posição Passiva | | | | | |
| Taxa de Juros CDI | | | (134.896) | - | |
| | | | 29.916 | - | |
| Swap com Opções Itaú BBA e Citibank | 255.500 | 200.080 | Posição Ativa | | |
| Moeda Estrangeira- USD e LIBOR | | | 323.347 | 356.631 | |
| Posição Passiva | | | | | |
| Taxa de Juros CDI | | | (265.938) | (269.368) | |
| Opções de Moeda Estrangeira (US\$) | (60.078) | (33.576) | | | |
| | | | (2.669) | 53.687 | |
| | | | 27.247 | 53.687 | |

O Valor Justo dos derivativos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Analise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

| Operação | Exposição | Risco | Cenário I Provável) (*) | Cenário II (Deterioração de 25%) | Cenário III (Deterioração de 50%) | |
|---|------------------|-------------|----------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|--|
| Instrumentos financeiros - Empréstimos | | | | | | |
| Swap com Opções | - | | 46.252 | (23.022) | (92.296) | |
| Posição Ativa | | | | | | |
| Moeda Estrangeira - USD e LIBOR | 323.347 | Alta USD | 277.095 | 346.369 | 415.643 | |
| Posição Passiva | | | | | | |
| Taxa de Juros CDI | (265.938) | | (265.938) | (265.938) | (265.938) | |
| Opções de Moeda Estrangeira - USD | (60.078) | | (9.522) | (71.421) | (133.321) | |
| Subtotal | (326.016) | | 1.635 | 9.010 | 16.384 | |
| Total | (2.669) | | 47.887 | (14.012) | (75.912) | |
| Instrumentos financeiros - Empréstimos | | | | | | |
| Swap Cambial | - | | 11.489 | (26.842) | (65.172) | |
| Posição Ativa | | | | | | |
| Moeda Estrangeira - USD e LIBOR | 164.812 | Alta USD | 153.323 | 191.654 | 229.984 | |
| Posição Passiva | | | | | | |
| Taxa de Juros CDI | (134.896) | | (134.896) | (134.896) | (134.896) | |
| Subtotal | 29.916 | | 18.427 | 56.758 | 95.088 | |
| Total | 29.916 | | 29.916 | 29.916 | 29.916 | |
| TOTAL GERAL | 27.247 | | 77.803 | 15.904 | (45.996) | |

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de junho de 2015, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de junho de 2015, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$77.803 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto

maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente positivo de R\$15.904 e negativo de R\$45.996.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 13,64%, TJLP = 6,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

| Instrumentos | Exposição (R\$ mil) | Risco | Cenário I (Provável) (*) | Cenário II (Deterioração de 25%) | Cenário III (Deterioração de 50%) |
|--|---------------------|--------------|--------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| Instrumentos financeiros ativos: | | | | | |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 122.727 | Alta do CDI | 4.149 | 5.126 | 6.081 |
| Instrumentos financeiros passivos: | | | | | |
| Swap | (474.911) | Alta do CDI | (15.146) | (18.721) | (22.220) |
| | (174.739) | Alta do CDI | (5.874) | (7.257) | (8.608) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures. | (41.503) | Alta da TJLP | (659) | (818) | (977) |
| | (19.586) | Alta do FNE | (380) | (472) | (563) |
| Subtotal (**) | (710.739) | | (22.059) | (27.268) | (32.368) |
| Total (Perdas) | (588.012) | | (17.910) | (22.142) | (26.287) |

(*) Considera o CDI de 30 de setembro de 2015 (14,14 % ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2015, TJLP 6,5% ao ano.

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$34.009.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

| Instrumentos financeiros | Nível | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|--|-------|------------|------------|
| Ativos | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 2 | 63.510 | 45.254 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 2 | 69.686 | 10.881 |
| Clientes | 2 | 162.013 | 116.535 |
| Títulos de créditos a receber | 2 | 11.134 | 11.781 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2 | 27.247 | 53.687 |
| Contas a receber da concessão | 3 | 244.167 | 228.574 |
| Ativos regulatórios líquidos | 3 | 51.757 | 92.927 |

28 Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria

Plano de benefício definido

O plano de benefício previdenciário mantidos pela Energisa SE (Inergus) na modalidade de benefício definido, regularmente apresentava déficit atuarial.

Durante o exercício de 2009, na busca do equacionamento desses planos a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a Secretaria de Previdência Privada das seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento dos Planos de Benefícios Definido (BD) para novos participantes.
2. Criação dos Planos Saldados (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para os planos (PS).

Os participantes que optaram pela migração para os planos (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação dos planos foi objeto de contrato de assunção de dívida pela patrocinadora Energisa Sergipe com o respectivo fundo patrocinado - Inergus. Em função de suas características, o plano (PS) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadora, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

Plano de contribuição definida

O plano (CD) se caracteriza por ser conhecido o valor das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos do investimento realizado pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora passivo em razão de desequilíbrio atuarial.

No período findo em 30 de junho de 2015, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$9.162 (R\$3.007 em 30 de junho de 2014).

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadora regulada pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 30 de junho de 2015 as despesas com esse benefício foram de R\$2.478 (R\$1.940 em 30 de junho de 2014)

29 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia:

| Contrato de compra de energia - reais mil | | | | | | |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|-----------|
| Vigência | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | Após 2019 |
| 2015 a 2048 | 209.168 | 441.279 | 412.507 | 415.343 | 430.960 | 6.674.768 |

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de setembro de 2014 e foram homologados pela ANEEL.

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfra e de Itaipu.

30 Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

A Energisa SE assinou em 23 de dezembro de 1997, com a ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 23 de dezembro de 2027.

31 Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

| | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|---|------------|------------|
| Atividades operacionais | | |
| Contas a receber da concessão | 9.142 | 40.279 |
| Atualização contas a receber da concessão - VNR | 6.644 | 5.428 |
| Fornecedores | 2.945 | 3.914 |
| Atividades de investimentos | | |
| Imobilizado e intangível | 4.538 | 10.073 |
| Atividades de financiamento | | |
| Empréstimos e financiamentos | 1.593 | 6.159 |
| Capitalização de reservas | 25.765 | 11.373 |

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.
Aracaju - SE

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional *IAS 34 - "Interim Financial Reporting"*, emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o *IAS 34*, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: www.energisa.com.br**
E-mail: stockinfo@energisa.com.br